

é contagiante nos policiais civis, e acredito que também nos policiais militares. E, em um determinado momento, um Secretário de Trânsito, de Transporte, sei lá o quê, do Rio de Janeiro, do Município, eu quero registrar aqui que não foi na gestão do último Prefeito, foi anterior a essa gestão, colocou um ponto de ônibus ali em frente. Eu convido as pessoas a passarem. Colocou um ponto de ônibus em frente aquele altar muito bem construído. A exemplo daquele que foi destruído. Um altar, quer dizer, uma casinha com vidro transparente, com a imagem de São Jorge, e ninguém conseguiu tirar aquele ponto de ônibus. Sei lá, 5 metros para frente, 5 metros para trás. Então, hoje eu convido todo mundo quando caminhar pela Grajaú-Jacarepaguá à sua esquerda, sentido Grajaú-Barra da Tijuca, logo na entrada da primeira, porque a gente vê o início da comunidade do lado direito e mais adiante, do lado esquerdo e a gente só consegue ver São Jorge quando as pessoas como eu que sempre que passava ali via a imagem e hoje estica o seu pescoço para ver de uma forma angular.

Então, só estou trazendo essa contribuição para ver o quanto essa violência é simbólica também e quanto ela perpetua, como a Sra. bem colocou aqui essa territorialização da violência que pode ser física, pode ser moral, mas, isso mostra o quanto a gente é impotente para solução disso, quer dizer, eu tenho absoluta certeza que o bom senso, ainda que essa não tivesse sido, longe de mim dizer que foi uma decisão específica para impedir a visualização daquele altar, mas, ainda que não o fosse, o bom senso diria o quê? Que na hora que se construiu, que colocou aquele ponto de ônibus os responsáveis por essa decisão acompanharam a execução dessa decisão.

Então, só para colocar isso dessa violência simbólica e silenciosa que se perpetua, e que nos torna impotentes diante do seu enfrentamento. Agradeçemo muitíssimo à Dra. Christina Vital, eu passo a palavra à Dra. Helena Teodoro, nossa querida Professora Dra. Helena Teodoro, para suas considerações, em 20 minutos. Obrigada, mais uma vez.

A SRA. HELENA THEODORO - Muito obrigada à nossa Deputada Martha Rocha por essa oportunidade de estar aqui refletindo sobre esse tema tão importante na realidade brasileira, que é essa luta contra a intolerância religiosa e eu queria deixar muito claro que esses passos estão muito ligados a uma visão que vem de longe em relação a tudo o que começou no século 16, com um grupo de pessoas com pele mais clara se considerarem superiores a outro grupo de pele escura. E as teorias criadas depois que influenciaram grande parte da Europa, EUA e que foram assumidas aqui pelos grupos das escolas baianas e por Gilberto Freire, e que se mantem até hoje nas nossas universidades com a visão de Kant, onde o corpo é só a cabeça e só quem tem a possibilidade de lidar com essa abstração da cabeça é o povo europeu de pele branca, a visão de Hegel de que todos têm cultura, mas, o processo de civilização é exclusivo desse grupo europeu.

As nossas instituições, todas, inclusive, a mídia, mantêm toda uma visão de que a única religião plausível para a humanidade é a proveniente desses europeus, que a maneira de viver, ser e estar no mundo tem que ser a única visão da verdade que eles estabeleceram como sendo uma verdade única e exclusiva para todas as pessoas. E isso tem implicações muito profundas. Porque estabelece um ponto de vista filosófico que rege o pensamento das pessoas e que, na visão que recebemos de Europa, coloca o enriquecimento e o uso de pessoas como escravizadas e como promotores de crescimento como sendo algo absolutamente normal e natural para um grupo que tem o direito de se utilizar de outros grupos para o seu enriquecimento.

Então, a gente tem, numa lógica que está até nos acordos, quando a gente vê como Europa e Estados Unidos estabelecem uma política de que quem investe num país, seja Estados Unidos, América Latina ou no Brasil, que todos os lucros devem ser de quem investe e que os benefícios não devem ser do povo que ali reside. Isso tem uma aplicação profunda numa visão de desumanização no mundo inteiro. E aí estabelece uma definição de ser, de pensar e de agir que tem que seguir um determinado grupo. E se nós fizermos uma visão no mundo de hoje, os países mais ricos no mundo são aqueles protestantes, que estabeleceram uma outra relação de recebimento da graça, acabando com a máxima da Igreja Católica de que era mais fácil um elefante entrar num buraco de agulha do que um rico entrar nos reinos dos céus. E, como a contradição determinada pela visão das religiões de matriz africana, que não têm preocupação de acumulação de bens, mas, sim, de acumulação de gente, onde a nossa visão de território é um lugar para se construir, de se construir casa, de se construir família, de se construir horta, de se cuidar, em detrimento da visão que se tem na Europa e nos Estados Unidos de que o território é um lugar para ser conquistado, para ser utilizado, para servir como forma de enriquecimento para quem está chegando.

E, logicamente, determinar os atos em relação as pessoas como sendo uma justificativa dada pelo direito divino dos reis, que se transforma num processo de que a graça de Deus está naqueles que conseguem progredir, crescer e lidar com o poder e com o acúmulo de bens na melhor maneira, como sendo aqueles que têm a graça de Deus, é algo básico na contratação de adeptos para esse tipo de religiosidade, que implica muito mais numa maneira de ser e estar no mundo e de olhar o outro não como um membro da sua comunidade e como um irmão, mas como aquele que nos ajuda a crescer e a dominar. Inclusive, as religiões de matriz africana lidam com uma alegria, lidam com um sentido de não ter culpa e de sentir esse processo de acumular pessoas como sendo um ato de transformação de um desconhecido em família. E isso vai ter um encontro, vamos dizer assim, profundamente diferenciado da proposta de manutenção de um determinado tipo de comportamento de um grupo que se considera superior ao outro e que não quer se mesclar com ele, apesar de utilizar elementos que ele cria para se manter como dominação.

Então, vejamos, a intolerância religiosa está profundamente ligada a um processo de manutenção de poder político e de poder econômico. Existe uma preocupação muito grande, desde o início do processo de colonização das Américas e a partir da Revolta do Haiti, do grupo da comunidade negra e da comunidade indígena em estabelecer formas de luta e de resistência contra essa dominação de elementos que sempre foram minoritários e que dominaram o grupo que já aqui vivia em função de propostas e crenças anteriores, fazendo com que 30 elementos brancos que chegassem numa nau dominassem 10.000 pessoas que acreditavam que eram deuses chegando com suas armaduras para trazer maior prosperidade e alegria. Esse processo da fé é básico e fundamental num povo como o povo negro e o povo indígena, que se sentem como elementos integrantes da natureza e que fazem com que a sua vida e a sua proposta sejam não uma separação, igreja de um lado e vida do outro, mas é uma maneira de ser, pensar e estar no mundo, onde a minha forma de me ver num aqui e num agora implica em pensar em gente de ontem, que me deixou esse legado de me ver como parte da natureza, como água, ar, terra e fogo; gente de hoje, que faz a adaptação dessa maneira de ser às necessidades de um agora, para preservar esse espaço, essa territorialidade; para a gente de amanhã. Essa visão de responsabilidade com o cuidar de todos dá uma visão muito distinta para quem vive as religiões de matriz africana ou para quem está ligado à visão dos povos originários de relação entre tempo, espaço e pessoas num determinado território. As religiões de matriz africana se relacionam a um cuidar da territorialidade das pessoas que ocupam aquele determinado espaço, num sentido de harmonizar, integrar e possibilitar o crescimento dessas pessoas, fazendo uma ligação do ontem com o hoje para propiciar um crescimento de um amanhã. E, vejamos bem, o sentido disso é dado com aquela visão de que ao usar a alegria, que vem de ala, de criar asas, permite-lhe criar momentos incriveis de integração de toda aquela comunidade, que vai crescer, desenvolver-se e redistribuir os seus bens entre todos. Onde um come, dois comem. Todos deverão participar de todos os elementos que estão ali. O partilhar, o dividir todos os elementos básicos e fundamentais da comunidade é a grande palavra das religiões de matriz africana. E isso vai completamente contra uma visão de um grupo de pessoas que acredita que tem direitos de acumular as riquezas em detrimento de outro grupo, que deve trabalhar e produzir para eles.

Eu não consigo desvincular a visão da intolerância religiosa com uma visão de crença em como viver e entender o mundo em que estamos. A visão das igrejas pentecostais, a visão das igrejas protestantes, traz um embasamento que, teoricamente, a gente vê ter

uma série de colocações com os embasamentos de todas as outras religiões. Mas a maneira de agir, no sentido de preservação de um poder político, de um poder econômico e de uma preservação infinita desse poder, tem que nos dar uma preocupação muito grande de preservação das outras formas de ser e de estar no mundo. Tem uma pequena lenda nossa dentro das comunidades de terreiro que eu acho que mostra bem a maneira diversa de pensamento. Dizem que, no início do processo, o Orum, Céu, era um grande espelho, que refletia uma verdade única sobre o Aiê, a Terra, e que, um dia, uma mulher, desenvolvendo o seu trabalho afoitamente, bateu com o pilão nesse espelho, que se dividiu em milhares de pedaços. E ela, muito aflita, vai aos pés de Deus dizer o que ela tinha feito e agora, se era um espelho do Orum igualzinho o da Terra, e agora tudo tinha se dividido em milhares de pedaços. E aí Deus diz para ela: Olorum, fique calma e tranquila, porque cada estilhaço de espelho vai refletir uma parte do mundo. E aí, ao invés de ter uma única verdade, nós temos inúmeras verdades e que refletem o mundo.

Então, essa visão de que temos infinitas verdades é alguma coisa absolutamente aceita em todas as comunidades, terreiros, seja de Umbanda ou de Candomblé, onde entram pessoas de diferentes procedências, etnias e formas religiosas e que serão ajudadas quando solicitam ajuda. A imposição de um determinado grupo em relação a que a sua visão de mundo seja única é querer a imposição de uma só verdade para que todo o Universo se conforme e se comporte de uma mesma maneira. Isso é uma proposta filosófica absolutamente desrespeitosa em relação à maneira de ser, à maneira de sentir, à maneira de estar no mundo.

Então, ir contra as religiões de matriz africana tem sido uma guerra muito grande, porque essa tradição cultural, que tem mais de 10 mil anos, traz implicações de uma maneira de ser e estar no mundo dentro de suas propostas que acumula gente, que lida com a diversidade, que busca entender a qualidade de vida e a forma de distribuição de riqueza para todo e qualquer tipo de pessoa. E isso é algo que a gente tem que entender como sendo um divisor de águas para um grupo que quer manter o domínio e a maneira de ser e estar no mundo da população.

Então, eu vejo que para a gente poder lidar com a intolerância religiosa não podemos só pensar em alguns aspectos que sejam relacionados a uma descrição das pessoas por conta do culto religioso adotado, mas, sim, por um posicionamento no mundo que dá às pessoas, seja de Umbanda ou de Candomblé, um posicionamento de preocupação de acumular gente, de entender o território como sendo um espaço para ser cuidado, de entender criança como sendo responsabilidade de todo o grupo e não uma visão de autoritarismo, no sentido de preservação dos direitos de um grupo que se considere superior ao outro, que gere um processo de domínio absolutamente validado de um determinado segmento em detrimento ao outro. A gente vê muito a preservação daqueles direitos divinos dos reis, onde, através de uma pretensa obra divina, um determinado grupo de pessoas tem mais direitos sobre as outras, que faz com que ou um traficante possa impor, um menino, a uma senhora idosa destruir os objetos religiosos de sua casa num desrespeito total a toda uma maneira de ser, estar e pensar no mundo.

Eu vejo que é preciso muitas providências, como tão bem colocou o nosso querido Márcio de Jagun, que, se não tivérmos uma proposta educacional, uma proposta ligada à mídia, uma proposta de fundamento filosófico, uma proposta relacionada a uma visão de política e de legislação, que faça com que as pessoas entendam a diversidade do mundo, a intolerância religiosa irá continuar. Porque a história do mundo está mostrando que a gente não conseguiu terminar com as guerras religiosas. E isso é um processo de desrespeito de um grupo em relação à maneira de ser e estar no mundo de outro grupo. A maneira de ser da comunidade afrodescendente incomoda muito porque ela é absolutamente ligada a um processo de diversidade, onde pessoas de diferentes origens, de diferentes lugares e de diferentes tendências podem estar juntas no mesmo terreiro, em que eu posso entender que, sendo de lansa, sendo uma mulher negra de terreiro, eu possa ser irmã de outra mulher branca de lansa, de outra mulher branca que seja uma freira, de outra mulher branca que seja muçulmana, porque somos todos elementos ligados a um processo da natureza e somos humanidade. Eu acho que o que assusta muito em relação à tradição das religiões africanas é exatamente, primeiro, a liberdade de pensar com o corpo todo, pensar fora do corpo, com a experiência deixada através dos búzios ou das cartas de vivência anteriores, e pensar através do corpo do outro, porque o que a gente aprende com os mais velhos, o que a gente aprende com os mais novos, essa troca de crescimento contínuo, que faz com que cada um não sinta que é algo absolutamente completo, finito e único, mas que estamos em crescimento contínuo, que o nosso Exu Bará é básico e fundamental da gente entender que o movimento e o transformação se mantêm, que nossa tradição não implica em traição a nossos valores nem negação da adequação e adaptação à realidade em que nós estamos. Então, são processos assim muito dinâmicos. Eu não posso dizer "sim" e "não" porque entre o "sim" e "não" existe o "talvez", entre o "deve" e "não deve" existe tudo que pode acontecer. Então essa visão desse terceiro elemento, dessa capacidade de transformação e dessa possibilidade de integração de todos num xirê, numa mesma roda, é algo que assusta muito a quem quer mandar com seus próprios desígnios e restabelecer um único espelho de verdade que seja aceito por todos.

Para a gente chegar a isso é preciso caminhar e lidar em todos os setores. E basicamente com quem faz a gerência política, quem cuida da legislação, quem cuida da segurança pública, da educação, da economia, da saúde, tem que estar junto conosco nesse sentido de entender que o cuidar é a proposta básica do guerreiro, cuidar de si, cuidar dos outros e fazer com que o Estado seja capaz de cuidar de sim como Estado, cuidando de todos os outros como cidadãos, com todos os direitos iguais. O que nós da comunidade preta não conseguimos até hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Obrigada, professora Helena Teodoro.

Eu vou pedir licença à Adriana para abrir dois minutos para a Dra. Christina Vital, que ela vai ter que se ausentar agora ao meio-dia, para as suas considerações e despedida, por favor.

A SRA. CHRISTINÁ VITAL DA CUNHA - Então, Deputada, muito obrigada, novamente. Eu adorei estar mais uma vez com todos vocês aqui, alguns já estive em outras oportunidades.

Saudar a oportunidade e a urgência dessa CPI. E eu estou disponível aí para outros momentos da CPI também no que vocês precisarem. E para pensar os encaminhamentos. Estou absolutamente disponível. Também o relator, todos mais, saúde, um beijo muito grande, um abraço, admiração enorme por vocês, por esse trabalho e tudo mais.

Tchau, tchau!

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Muito obrigada, Dra. Christina.

Eu quero registrar a presença aqui do Marcelo Monteiro, da Diane Kuperman, da Leilane Reis, da Dolores Lima, que estão conosco. Apresentar as escusas da Deputada Adriana Balthazar, que precisou se ausentar, mas está presente a sua assessoria na figura de José Eduardo.

Então, passar aí agora a Adriana de Nanã para as suas considerações por 20 minutos.

Muito obrigada.

A SRA. IYÁ ADRIANA DE NANÃ - Bom-dia a todos, todas e todes. Antes da minha fala, gostaria de saudar e manifestar aqui minha felicidade de tudo que eu recebi aqui, ouvindo Pai Márcio de Jagun, a Dra. Christina, a professora Helena Teodoro. E gostaria de saudar a ancestralidade, a minha ancestralidade, saudar o meu Ori; e o Ori é a ancestralidade de cada um, cada uma aqui presente que nos acompanha.

Olha, essa CPI é um espaço de extrema importância para nós da matriz africana. É pena de estar acontecendo apenas no Rio de Janeiro, falo aqui de São Paulo, da Zona Leste de São Paulo, mas é algo que deveria estar acontecendo no Brasil. As violências que nós sofremos, que já foram relatadas aqui por todos os palestres anteriores, não vou, como dizia minha avó, chover no molhado, pois isso está dado. Está dado e é papel fundamental do Estado de reverter, fazer valer a nossa Constituição.

Eu sou ativista desde os anos 90. Ainda pelo Movimento Hip-Hop, quando era jovem. E eu lembro quando numa eleição do conselho tutelar eu vi, eu me assustei, ainda jovem, eu vi chegar um ônibus de uma igreja, de uma igreja neopentecostal, para a eleição de um conselho tutelar. Ali me acendeu uma luz vermelha muito grande, de que, olha, isso vai dar ruim. E olha que realmente só tem dado ruim. Como a gente pode permitir em um Estado laico, previsto na Constituição, a tomada dos conselhos tutelares por uma profissão de fé? Isso impacta diretamente nos colos de terreiros. Porque essa ocupação, eu estou colocando esse exemplo, mas é um espaço direto, uma feramente fortíssima no enfrentamento às nossas crenças, aquilo que nós acreditamos e o que nós praticamos. Pois eles vêm com uma proposta de família, eu fico observando quando se diz a defesa da família brasileira. E aí eu enquanto mulher preta me pergunto de que família está dizendo. Pois para uma mulher preta falar de família é saber da ausência do homem preto em consequência do genocídio da juventude negra, em consequência do encarceramento em massa. Desde o início da nossa história, do pós abolição, suposta abolição, coloco "suposto" pois até os dias de hoje continuamos em estado de escravidão, informal, mas ainda assim, sem contar os escândalos que encontramos ainda mulheres negras vivendo em cárcere privado, em trabalho escravo dentro de casa de mulheres brancas ricas.

Então, não tivémos o fim da escravidão. E quando o Estado permite esta ocupação dos neopentecostais... E aí eu lembro também que inclusive eles não estão inventando a roda, muitas das ferramentas que eles utilizam hoje são as ferramentas atualizadas que foram utilizadas pela Igreja Católica no passado, durante as cruzadas, tudo que vocês colocaram aqui, como a própria Deputada Martha Rocha, do ponto de ônibus bem na frente do símbolo ali de São Jorge, pois qual o primeiro movimento do dominador? O primeiro movimento do dominador na ocupação do território é sobrepor seus símbolos em cima dos símbolos religiosos da cultura dominada. E assim se faz sucessivamente no Brasil, sucessivamente.

Quando a gente entra hoje numa sala de aula de uma universidade num curso de pedagogia, é pela menos 70, 80% de mulheres neopentecostais. Isso faz parte de um projeto político, de dominação política. Aí vai dizer, "Ora, Adriana, as mulheres neopentecostais não podem cursar Pedagogia?" Podem, deve. Mas com qual intuito, com qual intuito essa matriz religiosa se dedica na ocupação da pedagogia, dos conselhos tutelares, de montar uma bancada religiosa, como nós permitimos, num Estado laico, permitimos uma bancada evangélica? Nós não temos bancada indígena, nós não temos bancada de matriz africana, nós não temos bancada dos ateus. Ora, quando o Estado se permite ocupar esses lugares, impor... Porque é impor. Quando, se meu filho pequeno numa escola pública é obrigado a rezar o Pai Nosso, sem rezar um Ori sem contemplar a natureza, contemplar Alá, ou todas as outras manifestações, todas as outras matrizes religiosas, é o uso do Estado na imposição de uma matriz religiosa, ou seja, a negação da laicidade. Como permitimos a concessão de TVs, espaço público, para segmentos religiosos? E aí peço desculpas diretamente à Alerj, inclusive, quando a gente entra na TV Alerj e de ter programas evangélicos. Como tem o Louvor Som e mais um outro, não sei o quê com Deus, e não tem programas de todas as outras matrizes religiosas. Como permitimos que as matrizes religiosas ocupem espaços dentro das polícias militares através da capelanía? Muitos dos problemas que nós vivemos hoje da violência religiosa, pois é costume das igrejas, como foi costume no passado a Igreja Católica, durante as cruzadas, de ter seus soldados, hoje os neopentecostais fazem a mesma coisa com agremiações religiosas dentro das polícias militares e também na evangelização dentro dos presídios. Ao passo que nós de matriz africana temos muita dificuldade no acolhimento daqueles que são de matriz africana dentro dos presídios, por exemplo. De termos a permissão. Porque para que a gente tenha o direito de professar nossa fé dentro dos presídios somos obrigados a nos sujeitarmos à capelanía. A capelanía cristã. E dentro dos moldes cristãos. E o direito de não crer? Como foi trazido aqui pelo Pai Márcio há pouco. Ou seja, é necessário nós enfrentarmos de fato, de fato. E eu acredito que a CPI que está acontecendo no Rio de Janeiro é um momento extremamente importante, é um avanço para a gente e que, peço eu a Exu, que replique isso em todo território nacional. Nós temos aí mais gritante as invasões, as expulsões dos terreiros aí no Rio de Janeiro por conta dessa violência que foi pulverizada através, tanto pela Polícia Militar como das milícias e também do crime organizado, por conta dessa evangelização em massa, muito dessa ferramenta da capelanía. E a gente precisa entender, e eu concordo com a professora Helena, que, na verdade, nosso modo de viver deve assustar. Pois as religiões de matriz africana, os terreiros, as casas de Candomblé, nascem como espaço de acolhimento. Por isso nós temos Candomblé, nessa estrutura só temos no Brasil e não no restante de mundo, como a gente tem aqui, por consequência do racismo estrutural que nós temos. Pois com impedimento de sobrevida do homem preto, com o impedimento do avanço econômico do povo preto, as casas de matriz africana por muitos anos e na sua grande maioria nascem em territórios de alta vulnerabilidade social, em territórios onde muitas vezes não chega o braço do Estado, seja saúde, seja... Hoje, a educação está mais presente, mas até pouco tempo atrás não estava presente. As lideranças de matriz africana que na sua maioria de mulheres negras. E se a gente observar no mapa do trabalho no País, somos a base da pirâmide, porque uma mulher negra ganha menos que um homem negro, que ganha menos que uma mulher branca, que ganha menos que um homem branco e ainda assim sustentamos a nossa família, mantemos o nosso terreiro. E não apenas a família interna, pois para dividir o (não compreendido) para compartilhar o alimento, a gente... Ninguém precisa ser iniciado, a gente não pergunta qual a sua religião na hora que a gente entrega, compartilha um prato de comida. Inclusive, historicamente, muitas pessoas hoje que não nasceram em terreiro, que são de matriz africana, que vêm de territórios de alta vulnerabilidade, muitas pessoas são de terreiro, pois de criança sabia que no terreiro tinha comida e às vezes saía de casa sem comida para não ter que dividir o alimento com seus irmãos menores ia se alimentar no terreiro. Pois todo mundo... Independente da condição econômica do País, no terreiro sempre tem um prato de comida, sempre tem uma mãe preta para te acolher. Sempre tem aquela que vai cuidar de você. E não apenas do seu filho. Mas essa figura da mãe preta, que é algo que foi imposto para nós mulheres negras, foi imposto, pois a forma da gente sobreviver e garantir a sobrevivência dos que vem depois, é esse. Tanto que, você pode observar, independente da religião, a mulher preta, pobre, ela cria o seu filho, ela cria o seu sobrinho, ela cria os irmãos mais novos, ela cria os filhos da vizinha. Pois é essa estrutura que faz com que a gente ainda assim, apesar de todo mecanismo dessa necropolítica instaurada no Brasil, desde o tempo, desde o temo de colônia, ainda assim somos mais de 50% da população, ainda assim temos figuras ocupando lugares estratégicos, como vejo aqui a professora Helena, vejo aqui a Deputada Mônica Francisco e tantas outras. Apesar de todos os pesares. Ou seja, realmente devemos ser motivo de muito medo, não é? De desespero.

Nossa noção de prosperidade não é como essa noção de prosperidade branca, capitalista, cristã. Ser próspero para nós de terreiro não é eu indivíduo, uno, ter minha conta bancária cheia de dinheiro, para eu comprar uma ilha só para mim. Porque é isso, o sonho de consumo dentro do capitalismo é eu enquanto indivíduo que tenho minha casa, meu marido, meu cachorro, onde tudo é minha propriedade, vou ter a minha ilha. "Para nós, ser próspero", está tudo no nós, está tudo no coletivo, independente do sangue que corre na veia, independentemente da cor da pele. É uma família estendida, como a própria professora Helena colocou aqui. Passou da porta para dentro do terreiro, todos serão família e todos serão cuidado, acolhido e orientado, dentro de um processo de emancipação, independente de toda violência física, moral que nós vivemos da porta para fora. A proposta de um terreiro de Candomblé é de ser um espaço seguro para o povo preto, onde eu, particularmente, eu tenho muita resistência de dizer "intolerância religiosa", mas eu vejo como "racismo religioso", que é o que nós vivemos, de fato, pois no Brasil eu não vejo sinagoga sendo atacadas, inclusive porque o judeu é visto como branco aqui no Brasil, que a grande maioria são de pessoas brancas, mas é a ignorância histórica, infelizmente, né, que perpetua aqui, que é alimentado, né, porque o povo que não conhece a sua história e ele é mais fácil de ser subjugado; porém os muçulmanos, que hoje passam a ser atacados também, pois, inclusive a toda propaganda da